

STJ00118483

ROBSON MARTINS

**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DE GARANTIAS**

**A necessária separação entre  
investigação e acusação**

Belo Horizonte

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diego de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Claudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M386m	Martins, Robson Ministério Público de Garantias: a necessária separação entre investigação e acusação / Robson Martins. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 208 p. : 14,5cm x 21,5cm.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-516-4  1. Estado Democrático de Direito. 2. Juiz de Garantias. 3. Lei Anticrime. 4. Precedentes. 5. Ministério Público. I. Título.
2023-294	CDD: 347 CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARTINS, Robson. *Ministério Público de Garantias: a necessária separação entre investigação e acusação*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 208 p. ISBN 978-65-5518-516-4.

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO 1	
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO JUIZ DAS GARANTIAS	27
1.1 A dignidade da pessoa humana e o acesso à Justiça.....	28
1.2 Direito e processo penal no Estado Democrático de Direito.....	39
1.3 A investigação criminal e o descumprimento aos direitos fundamentais.....	44
1.4 Conceitos iniciais .....	49
1.5 Os Juizados de Instrução no projeto de Código de Processo Penal de 1941 .....	55
1.6 Os Juizados de Instrução nos projetos legislativos mais recentes.....	64
1.7 Os Juizados de Instrução no Direito Comparado.....	71
CAPÍTULO 2	
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS, ORIGENS, TRATAMENTO NO DIREITO COMPARADO E PROJETOS DE LEI E DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO .....	81
2.1 O Ministério Público: origens e institucionalidade .....	82
2.2 Sistemas processuais penais.....	86
2.3 O Ministério Público e o assecuramento da dignidade da pessoa humana.....	90
2.4 Garantias institucionais do Ministério Público na Constituição de 1988.....	98
2.5 Investigação criminal pelo Ministério Público: das origens às propostas legislativas atuais .....	111
2.6 A investigação criminal pelo Ministério Público no Direito Comparado.....	116
2.7 A (im)possibilidade constitucional da investigação criminal pelo <i>parquet</i> .....	120
2.8 O Gaeco e as “forças-tarefa” no âmbito do Ministério Público ..	126

## CAPÍTULO 3

A SUPERVENIÊNCIA DO SISTEMA DO JUIZ DE GARANTIAS  
E SUA ADAPTAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A  
REINTERPRETAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS  
SUPERIORES .....

	135
3.1	Política Criminal: relações com a Criminologia e o Direito Penal .....
3.2	Política Criminal e a máxima efetividade dos Direitos Fundamentais processuais .....
3.3	Política Criminal e princípios do Processo Penal: o sistema do Juiz das Garantias e a imparcialidade .....
3.4	O entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça acerca da instalação do Juiz das Garantias no Brasil.....
3.5	A Súmula nº 234 do Superior Tribunal de Justiça, o Tema nº 184 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal e a Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público: entendimentos e repercussões.....
3.6	O papel do Juiz no Processo Penal Constitucional .....
3.7	A divisão das funções judiciais a partir do Juiz das Garantias... ..
3.8	A imparcialidade do Ministério Público e sua necessária reinterpretação a partir do Juiz das Garantias .....
	137
	140
	144
	150
	155
	162
	165
	168
	175
	189